

DO TEXTO AO PENSAMENTO CRÍTICO: PRÁTICAS DE LEITURA CRÍTICA NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Glaudiene Gomes dos Santos ¹

João Vítor Matias da Silva ²

Rosimeire Barbosa da Silva de Castro ³

Maria Betânia da Rocha de Oliveira ⁴

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar de que maneira práticas de leitura crítica podem contribuir para o enfrentamento do analfabetismo funcional entre estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal. A proposta está sendo desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), por meio do subprojeto “Letramento e ensino: práticas de linguagens para a formação de leitores críticos”, e encontra-se em fase de aplicação. As atividades em andamento envolvem estratégias didáticas voltadas à leitura de textos diversos, com foco na ampliação das habilidades de compreensão, interpretação e produção textual dos estudantes. A fundamentação teórica apoia-se em Freire (1989), que defende a leitura do mundo como um ato de libertação e conscientização; em Soares (2016), cuja perspectiva sobre o letramento funcional enfatiza a relação entre leitura e práticas sociais; e em Rojo (2012), que propõe o trabalho com multiletramentos como forma de inserção crítica no mundo digital e na diversidade textual. Tais autores fundamentam a escolha por uma abordagem que prioriza a leitura como prática significativa e formativa. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e intervenção pedagógica, com observações em sala, aplicação de diagnósticos, oficinas de leitura e produção textual e análise comparativa dos resultados. Os resultados esperados envolvem a melhoria da competência leitora dos alunos, a elevação do nível de interpretação textual e o fortalecimento de práticas pedagógicas reflexivas. A pesquisa destaca-se pela relevância social e educacional, ao considerar o PIBID como um espaço de formação docente sensível às demandas da escola pública e comprometido com o desenvolvimento de práticas de linguagem voltadas à formação de leitores críticos e autônomos.

Palavras-chave: Leitura crítica, Analfabetismo funcional, Letramento, Ensino Fundamental II, PIBID.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Campus IV da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Email: glaudiene.santos.2024@alunos.uneal.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Campus IV da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Email: joao.matias.2023@alunos.uneal.edu.br;

³ Professora da rede pública municipal de educação – SEMED – São Miguel dos Campos. Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Email: rosimeirebarbosa1976@hotmail.com;

⁴ Doutora em Letras/Estudos Literários, Professora do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, Docente de Área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Email: mariabetania.oliveira@uneal.edu.br.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais, a diversidade de linguagens presentes no cotidiano e as crescentes demandas sociais por práticas de leitura crítica evidenciam um desafio central para a escola pública brasileira: a superação do analfabetismo funcional. No 9º ano do Ensino Fundamental, esse problema torna-se ainda mais evidente, uma vez que muitos estudantes apresentam dificuldades em compreender textos, estabelecer relações entre informação e contexto e produzir discursos próprios – habilidades indispensáveis à participação social e cidadã. Nesse cenário, torna-se urgente repensar práticas pedagógicas que articulem leitura, cultura, tecnologia e criticidade.

O presente artigo integra as ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), por meio do subprojeto *“Letramento e ensino: práticas de linguagens para a formação de leitores críticos”*, desenvolvido em uma escola pública municipal. A proposta parte da compreensão de que a leitura ultrapassa a decodificação mecânica e assume caráter político, cultural e transformador, conforme defendem Paulo Freire (1989, 2021), Magda Soares (2016) e Roxane Rojo (2012). A perspectiva crítica freireana, articulada à concepção de letramento como prática social (Soares, 2016) e aos multiletramentos que caracterizam a cultura contemporânea (Rojo, 2012), fundamenta o desenvolvimento de oficinas, análises textuais e intervenções didáticas voltadas à ampliação da competência leitora dos estudantes.

Além disso, estudos como o de Musashi (2023) evidenciam que o analfabetismo funcional se naturaliza no cotidiano escolar, reproduzindo desigualdades e limitando a autonomia dos sujeitos. Assim, a investigação busca compreender como práticas de leitura crítica mediadas por textos multimodais podem favorecer o desenvolvimento da autonomia leitora, a formação de repertórios interpretativos e a construção de identidades discursivas mais conscientes.

A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e intervenciva, desenvolve-se por meio de diagnósticos, observações, oficinas e análise das produções dos estudantes, articulando teoria e prática. Os resultados apresentados ao longo deste trabalho discutem as transformações observadas durante a aplicação das atividades e evidenciam a relevância da leitura crítica como prática emancipadora, reforçando o compromisso do PIBID com a formação docente e com a democratização do acesso à leitura de qualidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, analítico e interventivo, voltada à compreensão das práticas de leitura e às transformações produzidas pelo desenvolvimento da leitura crítica no espaço escolar. O estudo está inserido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), por meio do subprojeto *“Letramento e ensino: práticas de linguagens para a formação de leitores críticos”*, o que reforça a articulação entre teoria, prática pedagógica e formação inicial docente.

A escolha metodológica justifica-se pelas observações realizadas em sala de aula, nas quais se constatou a necessidade de intervenções pedagógicas voltadas ao fortalecimento da consciência crítica dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental. As atividades desenvolvidas incluíram exercícios de leitura, interpretação e produção textual a partir de múltiplos gêneros discursivos, buscando ampliar a capacidade de construção de sentidos e considerando as dimensões sociais, culturais e discursivas do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a perspectiva enunciativa da linguagem, apoiada na teoria bakhtiniana, mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa, conforme destacam Lorenzi e Pádua (2012, p. 39):

A formação de um leitor proficiente é um dos principais objetivos do ensino de língua portuguesa e uma proposta de alfabetização com vistas aos multiletramentos precisa levar em conta o caráter multimodal dos textos e a multiplicidade de sua significação. Para esse fim, a perspectiva enunciativa da linguagem, na vertente bakhtiniana, mostra-se especialmente profícua, porque a leitura de gêneros discursivos diversos permite a ampla e rica abordagem das condições de produção de enunciados, situações de comunicação e relações dialógicas que lhe são constitutivas.

Dessa forma, buscamos compreender não apenas o desempenho dos estudantes nas atividades de leitura, mas também os modos pelos quais constroem sentidos a partir de suas experiências, visões de mundo e práticas sociais. A relação entre leitura da palavra e leitura do mundo, conforme defende Freire (1989, p. 9), fundamenta essa compreensão: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. A



ausência dessa leitura prévia do mundo, conforme observado na escola, contribui para a dificuldade de compreensão textual, uma vez que o estudante que desenvolve repertório sociocultural durante o processo de alfabetização tende a estabelecer conexões mais significativas com os textos lidos.

A presença constante do subprojeto do PIBID no ambiente escolar fortalece o caráter formativo da metodologia, ao integrar observações, diagnósticos, oficinas de leitura, atividades de escrita e reflexões coletivas acerca das práticas docentes. Tal dinâmica permite aos bolsistas vivenciarem uma formação que articula teoria e prática, favorecendo uma atuação crítica e transformadora.

Os estudantes participantes apresentaram dificuldades relacionadas à compreensão leitora e ao uso social da escrita, aspectos que apontam indícios de analfabetismo funcional. Segundo Musashi (2023), essa condição caracteriza-se pela “situação em que o sujeito, embora alfabetizado, demonstra dificuldades em interpretar, argumentar e utilizar a leitura de forma significativa em seu cotidiano”. Tal realidade reforça a necessidade de práticas pedagógicas que ampliem o repertório textual e crítico dos discentes.

Nesse contexto, os gêneros multimodais e multissemióticos tornam-se essenciais. Rojo (2012) defende que tais gêneros refletem demandas contemporâneas de leitura e exigem competências ampliadas de compreensão e produção, especialmente em ambientes marcados pela multiplicidade de linguagens. A autora destaca:

Diferentemente do conceito de letramentos (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos — é bom enfatizar — aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, nas contemporaneidades: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (Rojo, 2012, p. 13).

As atividades propostas contemplaram, assim, contos, crônicas, notícias, tirinhas, memes, vídeos e textos digitais, integrando diferentes suportes e promovendo práticas de leitura alinhadas aos multiletramentos. Como apontam Lorenzi e Pádua (2012), o avanço das tecnologias digitais criou novas possibilidades de expressão – por imagens, sons, animações e combinações multissemióticas –, exigindo práticas pedagógicas que incorporem criticamente tais linguagens e favoreçam também o letramento digital.

Por fim, compreendemos a leitura como prática social e como instrumento de transformação, conforme Freire (1989, p. 26) reforça: “o exercício desta atividade crítica, na análise da prática social, da realidade em processo de transformação possibilita aos alfabetizandos, de um lado, aprofundar o ato de conhecimento na pós-alfabetização”.

A metodologia, portanto, articula alfabetização, letramento e multiletramentos para compreender a leitura como prática de liberdade, autonomia e conscientização. Essa perspectiva orienta as intervenções realizadas com os estudantes e consolida o compromisso do PIBID com a escola pública, com a democratização do acesso à leitura de qualidade e com a formação de leitores críticos, autônomos e socialmente engajados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o embasamento teórico que sustenta a análise sobre o enfrentamento do analfabetismo funcional no contexto educacional, articulando uma perspectiva pedagógica crítica e transformadora. Para isso, dialoga com autores como Soares (2016), Freire (1989), Rojo (2012) e Musashi (2023), cujas contribuições permitem compreender as relações entre leitura crítica, alfabetização, multiletramentos e práticas sociais na formação discente.

Freire (1989) entende a leitura do mundo como um ato de libertação e conscientização, defendendo uma pedagogia crítica fundada no reconhecimento do sujeito como produtor de saber. Para o autor, a educação deve possibilitar que os estudantes compreendam a realidade para transformá-la.

Soares (2016) enfatiza as múltiplas facetas da alfabetização, destacando a importância de compreender os processos individuais e coletivos envolvidos na aquisição da leitura e da escrita, os quais perpassam dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Já Rojo (2012) amplia essa discussão ao propor o trabalho com multiletramentos, analisando como as práticas de leitura e escrita se reconfiguram diante da diversidade textual e da cultura digital contemporânea.

Musashi (2023), por sua vez, observa como o analfabetismo funcional pode se naturalizar nas instituições escolares. Segundo o autor, essa condição está relacionada ao



baixo nível de consciência crítica dos estudantes e à reprodução do iletrismo por meio de práticas pedagógicas insuficientes, destacando a necessidade de formação continuada de professores e gestores.

Com base nessas perspectivas, compreendemos que o fortalecimento das competências leitoras e da interpretação textual exige práticas pedagógicas que valorizem tanto a pluralidade cultural quanto a complexidade dos usos sociais da linguagem. Esses fundamentos oferecem base sólida para a análise dos dados empíricos da pesquisa, conforme apresentamos a seguir.

OS MULTILETRAMENTOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A incorporação de gêneros multimodais ao processo educativo decorre diretamente da presença cada vez mais expressiva das tecnologias digitais na escola. Conforme afirmam Lorenzi e Pádua (2012, p. 37), “a presença das tecnologias digitais em nossa cultura contemporânea cria novas possibilidades de expressão e comunicação. Cada vez mais, elas fazem parte do nosso cotidiano e, assim como a tecnologia da escrita, também devem ser adquiridas”. Assim, as tecnologias demandam novas metodologias que integrem imagens, sons e animações às práticas pedagógicas.

Os autores também observam que os novos modos de letramento – especialmente os digitais – exigem o uso diversificado de gêneros textuais, ampliando o campo de estudos voltado à leitura crítica. Essa necessidade é reconhecida pela Base Nacional Comum Curricular, que destaca: “nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” (BNCC, 2018, p. 60).

Entretanto, muitas escolas permanecem restritas ao uso de textos impressos, o que limita o desenvolvimento da autonomia leitora e a interação com conteúdos midiáticos variados. Por isso, os teóricos defendem que o ambiente escolar deve ampliar o contato dos estudantes com diferentes gêneros, suportes e mídias, relacionando-os à leitura de mundo dos próprios alunos – condição essencial para a construção de sentido.

Nesse mesmo horizonte, Freire (1989, p. 11) afirma:

Mas, é importante dizer, a ‘leitura’ do meu mundo, que me foi sempre fundamental, não fez de mim um menino antecipado em homem, um racionalista de calças curtas. [...] E foi com eles, precisamente, em certo momento dessa rica experiência de compreensão do meu mundo imediato, [...] que eu comecei a ser introduzido na leitura da palavra.

A leitura do mundo, portanto, constitui base indispensável para a leitura da palavra. Contudo, muitos estudantes chegam à escola moldados por práticas de leitura restritas ao consumo digital, limitadas ao que aparece nas telas, o que empobrece seu repertório e sua compreensão textual.

Rojo (2012) ressalta que os conteúdos culturais consumidos pelos alunos podem ser incorporados ao ensino como ponto de aproximação entre práticas escolares e interesses juvenis. A autora descreve, por exemplo, os multiletramentos envolvidos na criação de um anime pelos estudantes:

Qual era o ritmo e a referenciação da letra da canção-guia do anime; como cortar do vídeo-fonte imagens adequadas a esse ritmo e a essa referenciação [...] Enfim, uma série de multi(letramentos) que não domino — mas que posso entender — e que são responsáveis pelo efeito de sentido do anime que, como consumidora acrítica, eu consumo (Rojo, 2012, p. 18).

No contexto apresentado, “anime” refere-se a uma animação japonesa composta por imagens, sons, ritmo e narrativa, amplamente consumida pelos jovens. Rojo utiliza o exemplo do anime para mostrar como esse tipo de produção envolve múltiplas linguagens: visual, sonora, textual e digital e, portanto, constitui um gênero multimodal capaz de ser explorado pedagogicamente para aproximar os conteúdos escolares dos interesses dos estudantes, favorecendo práticas de multiletramentos.

Dentro dessa perspectiva, o ensino de língua portuguesa pode articular animes, teatro, dança, música e produções digitais como ferramentas pedagógicas, ampliando o engajamento e a compreensão dos estudantes.

Entretanto, o avanço tecnológico contrasta com a realidade das escolas públicas, muitas vezes carentes de infraestrutura adequada, laboratórios de informática e formação docente voltada ao uso crítico das tecnologias. Essa distância evidencia a necessidade de políticas institucionais que viabilizem práticas multiletradas e inclusivas.

A EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO

A concepção freiriana de educação como ato político é central para compreender a dinâmica das práticas escolares. Em *Pedagogia do oprimido* (2021), Freire defende que educar é um ato ético e transformador, pois só ocorre plenamente quando os sujeitos são reconhecidos como produtores de saber. Em *A importância do ato de ler* (1989), o autor reafirma que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra, reforçando a valorização das experiências culturais dos educandos. Essa perspectiva encontra ressonância na BNCC (2018, p. 61), que reconhece: “a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas [...] os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores”.

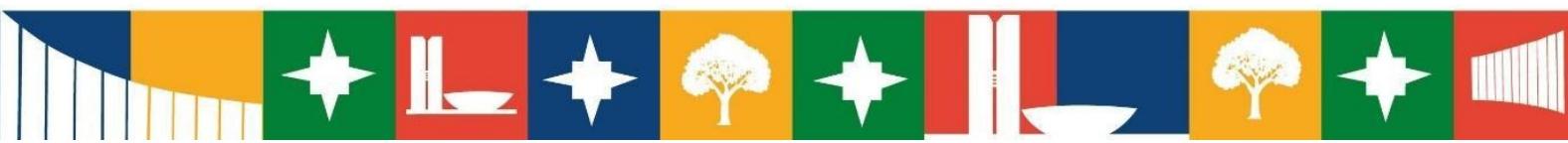
Assim, compreender os multiletramentos exige reconhecer o caráter político da educação, capaz de promover a emancipação intelectual e social dos estudantes. A seguir, aprofundamos o papel dos gêneros multimodais na desconstrução do analfabetismo funcional.

OS GÊNEROS MULTIMODAIS COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO ANALFABETISMO FUNCIONAL

A superação do analfabetismo funcional requer uma abordagem que articule alfabetização, letramento e práticas multiletradas. O conceito, fundamentado em Soares (2016) e outros pesquisadores, demonstra que a compreensão leitora envolve múltiplos eixos que vão além da decodificação. Matos, Matos e Alves (2021, p. 577) afirmam: “O analfabetismo funcional está presente quando esses alunos, mesmo após nove anos de escolarização, apresentam dificuldades em buscar e encontrar informações, compreender, avaliá-las e organizá-las”.

Para Toledo (2009), tais dificuldades refletem problemas no processo de letramento, visto que muitas crianças e adolescentes, embora alfabetizados, não conseguem usar a leitura e a escrita de forma significativa em seu cotidiano.

Os avanços tecnológicos reforçam a necessidade de incorporar práticas multiletradas ao processo de ensino. Os gêneros multimodais – que combinam texto, imagem, som e movimento – tornam-se instrumentos de inclusão, pois aproximam as atividades pedagógicas dos conteúdos consumidos pelos estudantes. Barros e Costa (2012, p. 44) afirmam que:





“Nessa perspectiva, os textos são construtos multimodais e a escrita uma das modalidades de representação”.

Assim, o ensino que integra diferentes linguagens contribui para romper os ciclos do analfabetismo funcional. O trabalho com gêneros diversos e com práticas próximas ao cotidiano dos estudantes potencializa a aprendizagem e favorece a consolidação de leitores críticos capazes de interpretar, argumentar e transformar sua realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos durante o desenvolvimento desta pesquisa – de caráter bibliográfico, analítico e prático, articulada ao subprojeto “*Letramento e ensino: práticas de linguagens para a formação de leitores críticos*” no âmbito do PIBID – revelam transformações significativas nas práticas de leitura e no envolvimento dos estudantes com os textos trabalhados em sala de aula, especialmente crônicas e contos. As intervenções pedagógicas em andamento indicam uma ampliação gradual da competência leitora, tanto no nível da compreensão quanto da interpretação crítica, confirmando a leitura como instrumento de conscientização e emancipação, conforme defende Freire (1989, 2021).

Os diagnósticos iniciais realizados no 9º ano mostraram um quadro consistente de analfabetismo funcional, evidenciado pela dificuldade dos alunos em relacionar texto e contexto, bem como pela limitação da leitura ao nível estritamente literal. Essa realidade corrobora o que Musashi (2023) descreve como a naturalização do iletrismo no ambiente escolar, resultante da ausência de práticas de leitura significativas e da reprodução de modelos pedagógicos que pouco favorecem a autonomia crítica. Desse modo, reafirmamos o entendimento freireano de que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra (Freire, 1989), premissa indispensável para compreender as dificuldades encontradas.

Ao longo das oficinas e atividades mediadas por diversos gêneros e suportes, tais como crônicas, tirinhas, memes, vídeos e notícias, observamos mudanças importantes no modo como os estudantes passaram a interagir com os textos. As práticas de multiletramentos, fundamentadas nas concepções de Rojo (2012), mostraram-se essenciais para ampliar a autonomia leitora, permitindo que os alunos reconhecessem seus repertórios culturais e suas vivências como elementos constitutivos do processo de leitura. Essa valorização da

experiência discente aproximou a leitura de seu cotidiano, tornando-a mais significativa e favorecendo a construção de sentidos.

A contribuição de Soares (2016) tornou-se evidente quando, após as intervenções, os estudantes começaram a demonstrar maior capacidade argumentativa, criticidade e autoria na produção de textos. Ao compreender o letramento como prática social, Soares reforça que ler e escrever não podem ser dissociados das dimensões culturais e políticas que condicionam a formação dos sujeitos. As discussões coletivas realizadas em sala de aula mostraram que os alunos passaram a perceber a leitura como um instrumento de empoderamento e de reconstrução de suas identidades discursivas.

Além disso, os resultados indicam que o uso de gêneros multimodais favoreceu o engajamento dos estudantes, contribuindo para superar práticas centradas na decodificação mecânica. Essa constatação dialoga com Lorenzi e Pádua (2012), para quem a inserção das tecnologias e dos textos multimodais amplia as possibilidades expressivas e comunicativas, tornando o ensino mais inclusivo e significativo. Assim, o letramento digital passou a ser tratado não apenas como ferramenta, mas como prática crítica que capacita o estudante a compreender e intervir na realidade.

Por outro lado, uma dificuldade recorrente refere-se à insuficiência de infraestrutura tecnológica nas escolas e à falta de formação continuada para os docentes. Essa condição reforça a urgência de políticas educacionais que democratizam o acesso às tecnologias e valorizem o trabalho docente, condições fundamentais para a efetiva consolidação das práticas de leitura crítica.

Em síntese, os resultados mostram que desenvolver a leitura crítica no ensino fundamental transcende a simples decodificação: implica reconhecer o estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento. A articulação entre a pedagogia libertadora de Freire (1989; 2021) e a perspectiva dos multiletramentos proposta por Rojo (2012) revela-se complementar e fundamental para a formação de leitores autônomos, críticos e socialmente conscientes.

A pesquisa evidencia que a leitura, entendida como prática política e transformadora, constitui uma ferramenta potente de resistência frente ao analfabetismo funcional e às



desigualdades educacionais, promovendo a emancipação dos sujeitos e fortalecendo uma educação genuinamente humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que o desenvolvimento da leitura crítica no 9º ano do Ensino Fundamental requer práticas pedagógicas que transcendam a decodificação e valorizem a leitura como experiência social, cultural e política. As intervenções realizadas no âmbito do PIBID confirmam que atividades mediadas por múltiplos gêneros e suportes – a crônicas, tirinhas, vídeos, memes e notícias – ampliam o engajamento dos estudantes e fortalecem sua capacidade de interpretar, argumentar e atribuir sentido às diferentes formas de linguagem.

A partir das contribuições teóricas apresentadas constatamos que a leitura crítica emerge como possibilidade de emancipação, permitindo ao aluno reconhecer-se como sujeito histórico, produtor de discursos e participante ativo de sua realidade. A presença dos multiletramentos nas práticas pedagógicas mostrou-se essencial para o desenvolvimento da autonomia leitora, enquanto as teorias sobre a naturalização do analfabetismo funcional ajudaram a compreender as dificuldades iniciais enfrentadas pelos estudantes.

Apesar dos avanços, a pesquisa identificou desafios estruturais, como a carência de recursos tecnológicos e a necessidade de formação continuada para professores, fatores que impactam diretamente a consolidação das práticas de multiletramentos. Ainda assim, os dados demonstram que, quando a escola aposta na valorização da experiência discente e na leitura como prática social, torna-se possível romper com modelos tecnicistas e promover aprendizagens mais profundas e significativas.

Concluímos que a leitura crítica, tratada como ato político e como prática de liberdade, constitui ferramenta fundamental no enfrentamento do analfabetismo funcional e na formação de leitores autônomos, reflexivos e socialmente conscientes. Dessa forma, reafirmamos o compromisso do PIBID com a escola pública e com a construção de uma educação humanizadora, capaz de transformar realidades e ampliar as possibilidades de participação democrática dos estudantes.





REFERÊNCIAS

BARROS, Cláudia Graziano Paes de; COSTA, Elizangela Patrícia Moreira da. *Os gêneros multimodais em livros didáticos: formação para o letramento visual?* São Paulo; Bakhtiniana, 2012.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LORENZI, Gislaine Cristina Correr; PÁDUA, Tainá-Rekã Wanderley de [orgs.]. *Multiletramentos na escola*. São Paulo; Parábola Editorial, 2012.

MATOS, Euzene Mendonça Barbosa; MATOS, Benedito de Souza; ALVES, Francisco Regis Vieira. *ANALFABETISMO FUNCIONAL: Reflexões sobre o desenvolvimento educacional no Brasil*. São Paulo; Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2021.

MUSASHI, Carlos Henrique. Desvendando o Analfabetismo Funcional: Impactos nos Profissionais da Educação e a Importância do Hábito da Leitura. 1. ed. – Joinville, SC: Ed. Clube de Autores, 2023.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo [orgs.]. *Multiletramentos na escola*. São Paulo; Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. *Alfabetização: A questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.

TOLEDO, Lucinéia Silveira. *Alfabetismo Funcional, Linguagem E Inclusão Social*. Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos, Belo Horizonte, v.5, n.10, p.10-22, 2009